

MÍDIA E MUDANÇA CLIMÁTICA: A COBERTURA DE VEJA E CARTACAPITAL SOBRE A COP - 15

Joana Araújo Maria, Doris Sayago

RESUMO

O presente trabalho analisa as questões da mudança climática e ambiental na mídia brasileira a partir das coberturas das revistas Veja e CartaCapital sobre a 15^o Conferência das Partes (COP-15) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática (CQNUMC), sediada em Copenhague, em dezembro de 2009. Adotou-se uma metodologia de análise de conteúdo, buscando avaliar: a) a incidência e frequência do tema mudança climática (MC) e Conferência das Partes (COP-15) no universo amostral; b) o teor do discurso midiático acerca da MC e da COP-15; c) as diferenças entre os enquadramentos feitos pelas revistas citadas. A CartaCapital apresentou uma cobertura mais aprofundada sobre o tema MC, situando a discussão no debate amplo sobre desenvolvimento sustentável. Já a revista Veja promoveu uma cobertura mais superficial e com predomínio de notas pontuais sobre o evento COP-15.

Palavras-chave: Mídia, mudança climática, desenvolvimento sustentável

MEDIA AND CLIMATE CHANGES: VEJA AND CARTACAPITAL COVERAGES ON THE XV CONFERENCE OF PARTIES

ABSTRACT

This paper examines the climate and environmental issues in the Brazilian media. It is done concerning Veja's and CartaCapital's coverage of the 15th Conference of Parties (COP-15) of the United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC), headquartered in Copenhagen in December 2009. We adopted the methodology of content analysis, in order to evaluate: a) the incidence and frequency of the theme Climate Change (CC) and Conference of Parties (COP-15) in the sampled universe; b) the content of the media discourse about the CC and the COP-15; c) the differences in the two magazines's framing. CartaCapital presented a more thorough coverage on the subject CC, setting the discussion within a broader debate on sustainable development. Veja, in the other hand, promoted a more superficial coverage with mostly specific notes about the COP-15.

Key words: Media, climate change, sustainable development

Joana Araújo Maria. Mestrado em Desenvolvimento Sustentável pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) da Universidade de Brasília (UnB) joanaunb@hotmail.com. Doris Sayago. Doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília. Professora Adjunta do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, CDS\UnB. E-mail: doris.sayago@gmail.com

INTRODUÇÃO

As alterações no clima representam graves consequências para os sistemas socioeconômicos e naturais e têm estado presentes no discurso de diversos atores sociais. Ademais, a mudança climática (MC) suscita reflexões sobre as três esferas apreciadas pelo desenvolvimento sustentável (DS): social, econômica e ambiental. Quanto à justiça social, a MC trará maiores danos justamente às nações menos responsáveis pelo fenômeno e com menor capacidade adaptativa. Quanto à esfera ecológica, traz inestimáveis perdas na biodiversidade, com a extinção de espécies e mudanças irreversíveis de alguns sistemas ecológicos que não se adaptam ao ritmo acelerado das mudanças. Afeta também o sistema econômico, uma vez que prejudica setores produtivos e exigem maciços investimentos em adaptação e mitigação (IPCC *et al.*, 2007).

As problemáticas advindas deste fenômeno lançam desafios para além das fronteiras nacionais e exigem uma atuação conjunta, colaborativa e em escala global. Ao tratar de MC, é imperativo que se leve em conta o contexto internacional. O principal palco de debate neste contexto é a Conferência das Partes (COP) no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática (CQNUMC).

A CQNUMC foi criada em 1992, visando atender a demanda de um tratado internacional necessário para lidar com um problema essencialmente global. Seu objetivo está expresso no seu Artigo 2º e trata justamente da busca por modificar os padrões de emissão de gases de efeito estufa (GEE) e reduzir uma perigosa interferência humana no sistema climático global. A busca por redução de emissões parte do reconhecimento de que a interferência hu-

mana no sistema climático resulta em um aumento das temperaturas que pode ser nocivo aos ecossistemas e à humanidade. À Conferência das Partes (COP) cabe adotar as medidas necessárias para implementação dos objetivos nos termos da Convenção.

A primeira COP acontece em Berlim (Alemanha) em 1995, como resposta à necessidade de pensar alternativas e estabelecer metas de redução nas emissões GEE (CAVALHEIRO; LACASTA, 2001). Das Conferências em questão, algumas ganharam maior destaque em face de suas resoluções, de discussões mais polêmicas, de novas descobertas científicas e do contexto em que estão inseridas.

No ano de 2009, o encontro em Copenhague (COP-15) gerou enorme mobilização e expectativas. Alguns elementos que o distinguem são: a marcante presença dos principais líderes mundiais, da sociedade civil e da imprensa e as altas expectativas para fechamento de acordos, previstos desde o encontro de Bali, em 2007. Ademais, apesar da falta de consenso, o encontro marca uma mudança de paradigma no envolvimento de alguns países. Como exemplo, temos EUA e China que, a despeito das altas emissões, se negavam a estipular metas de mitigação e em Copenhague passam a ter uma postura mais aberta. Apesar de não ser legalmente vinculante, a proposta de corte de emissões no Acordo de Copenhague envolve países que anteriormente vetavam (EUA, China, Brasil, Índia) o estabelecimento de metas ou cortes em suas emissões. Essa pode ser entendida como uma mudança paradigmática, uma conquista política. Como reforça Abranches (2010, p. 279), “em política, a operação mais difícil parece enganosamente simples e parca: parar de dizer não, de vetar, e passar a dizer sim, aderir à nova ideia.”

Tendo em vista esse cenário, entende-se o evento COP-15 como um divisor de águas que marca um novo momento na esfera das negociações internacionais. Ademais, o alto envolvimento de outras esferas da sociedade (como mídia, ONGs, sociedade civil), deu uma visibilidade maior ao evento. Dada as altas expectativas e as peculiaridades deste encontro, a cobertura midiática foi excepcional na COP-15 e seu estudo pode colaborar ao demonstrar tanto as representações do discurso midiático acerca do tema quanto o contexto político global e os interesses envolvidos na questão da mudança climática.

Outro fator importante é o papel da mídia na visibilidade crescente do tema MC. A mídia ocupa um espaço central na vida moderna, é onipresente e um dos meios mais importantes que utilizamos para compreender o mundo, partilhar e produzir significados (SILVERSTONE, 2005, p. 17). A comunicação moderna traz novas formas de interação social e de exercer o poder. Com advento de novas técnicas, a noção de tempo e espaço é reestruturada tornando possível a interação mediada entre diferentes locais, antes inviável. A mídia e os novos modelos de comunicação transformaram a própria “natureza da produção e do intercâmbio simbólico no mundo moderno”, de modo que a mídia é um elemento estruturante da realidade contemporânea (THOMPSON, 2002, p. 19)

Dada a importância dos meios de comunicação nas sociedades modernas, julgou-se importante entender o papel da mídia no processo de noticiar, representar e conferir mais atenção à questão ambiental (THOMPSON, 2002). Entende-se a mídia como espaço que reforça os temas a serem discutidos e estabelece agendas no cenário político (ANDI, 2009).

Uma vez que os veículos de informação optam por publicizar, ou não, determinados assuntos, eles influenciam práticas sociais. Os produtos dos mass media tornam-se representações sociais e influenciam a forma de apreender a realidade, os temas em evidência e a forma de agir no mundo (BORGES, 2010; FLAUSINO, 2001). O discurso midiático, ao mesmo tempo em que deriva da realidade, também a constitui.

Assim, o processo de noticiar um evento como a COP-15 pode nos fornecer indícios sobre os enquadramentos dados à questão ambiental pela sociedade e, em particular, pela mídia. Afinal, a comunicação é um processo político e coletivo de construção de sentido, na qual se disputa a possibilidade de significar a realidade e indicar os horizontes de expectativas (DISPENSA; BRULLE, 2003, p. 78).

Por fim, outro fator que orientou a escolha por trabalhar com o discurso midiático sobre MC e DS remete ao fato deste último situar-se ainda em um campo de disputa de interesses. O termo DS é marcadamente maleável e compreendido diferentemente por grupos sociais, segundo seus interesses. A forma como esses temas são tratados e veiculados reflete diferentes posicionamentos e interesses dentro deste embate. Deste modo, o que é dito sobre MC e o amadurecimento do tema frente à mídia e à opinião pública podem evidenciar os interesses postos em xeque e o lugar de fala dos atores nessa disputa.

Por ser um campo em disputa, a aceitação do discurso sobre desenvolvimento sustentável passa pela aceitação de novos paradigmas e revisão de comportamentos (SACHS, 2004; SEN, 2000; VEIGA, 2008). Entende-se que há uma possível banalização do conceito de desenvolvimento sustentável, que deriva de sua ma-

leabilidade conceitual e das diferentes maneiras como ele é apreendido por grupos/atores sociais, segundo distintos interesses.

Alguns autores apontam para o fato do discurso do desenvolvimento sustentável legitimar-se como padrão social, mas não ser absorvido no íntimo pelas pessoas em suas práticas sociais. Na medida em que o discurso sobre a sustentabilidade torna-se gradualmente mais aceito e corrente, passa a ser interessante adotar tal discurso tendo em vista potenciais lucros simbólicos e aprovação social. Como argumentam Fonseca e Bursztyn (2007),

Ter o discurso ambientalista como norma social, passível de gerar lucro simbólico ou prejuízo simbólico, possibilita que o fato de dizer-se “ambientalmente correto” possa ser uma estratégia de determinados atores sociais, visando posições socialmente (e economicamente) vantajosas (p.172).

Nessa construção do discurso a favor da sustentabilidade, a imprensa tem um papel importante, principalmente no que tange a sua influência na produção e transmissão destas formas simbólicas. Os sistemas simbólicos podem ser entendidos como formas de significar e entender o mundo e são um importante elemento de integração social (BOURDIEU, 2010; THOMPSON, 2002). O poder simbólico precisa ser considerado no processo de implementação de um outro discurso ou na busca por intervir nos acontecimentos no meio social. Sendo, a mídia responsável pela distribuição massiva de construções simbólicas, é necessário relacionar a cobertura midiática com seu poder de influenciar a transmissão de novos paradigmas, tais como os propalados pelo desenvolvi-

mento sustentável.

O discurso midiático é importante nesse processo de consolidação e legitimação de um novo discurso e, por conseguinte, na implementação de mudanças sociais. Analisar a forma como a mídia entende e discute o tema é uma forma de perceber sua prática discursiva e seu papel na legitimação de preceitos voltados à sustentabilidade. As representações sobre o desenvolvimento sustentável fazem parte de uma disputa de diferentes interesses sobre sua conceituação e a postura da imprensa tem o papel fundamental nesta arena.

1. OBJETIVO

Considerando os elementos acima expostos, o objetivo do presente trabalho é analisar a cobertura jornalística de duas revistas semanais (*Veja* e *CartaCapital*) sobre a 15^a Conferência das Partes (COP-15) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática (CQNUMC), sediada em Copenhague, de 7 a 18 de dezembro de 2009. O intuito é entender a representação da questão ambiental e do desenvolvimento, a partir da cobertura sobre a questão climática. Na análise das matérias que tratam de MC serão considerados fatores como: a) incidência e frequência do tema MC e COP-15 no universo amostral; b) o teor do discurso midiático acerca das MC e da Conferência em questão; e c) as diferenças de enquadramento temático entre as duas revistas.

2. MATERIAL E MÉTODOS

A escolha de *Veja* e *CartaCapital* se deve ao fato de ambas serem revistas de informação

imprensa semanais, serem representativas da grande imprensa e terem orientações políticas e perfil jornalístico distintos. Entende-se que as revistas são satisfatoriamente ilustrativas de um público leitor abrangente e com visões de mundo distintas, o que aumenta a riqueza em uma análise comparativa.

Ambas as revistas podem ser classificadas como de grande imprensa, em termos de sua ampla tiragem e alcance. A revista *Veja* é a revista de informações semanais de maior abrangência no país. Teve circulação líquida média de 1.074.156 no ano de 2011, sendo, a maior parte, de assinantes (totalizando 922.421 média de assinaturas para o mesmo ano). Seus leitores pertencem majoritariamente às classes sociais A (23%) e B (49%) e se localizam principalmente na região sudeste (58%).¹

A revista *CartaCapital* tem uma menor circulação média (85.000 exemplares)², contudo, com um público alvo próximo ao da revista *Veja*. Ambas têm como público leitor, em sua maior parte, as classes média ou alta e também concentrados na região sudeste (no caso da *CartaCapital*, 46%).³

Para entender o perfil da cobertura das revistas ao longo do período de um ano escolhido, adotou-se a análise de conteúdo. Este método atualmente se manifesta de forma híbrida, “entre o formalismo estatístico e a análise qualitativa de materiais”, e representa uma boa alternativa para alcançar resultados pertinentes nas pesquisas em comunicação (JUNIOR et al., 2009, p. 285). Tendências atuais de análise de conteúdo transcendem o caráter excessivamente numérico-estatístico, reconhecendo que

qualquer análise quantitativa é a expressão numérica de uma escolha (JUNIOR et al., 2009, p. 285; NEUENDORF, 2007, p. 14). Podem-se listar três usos mais correntes associados à análise de conteúdo: descritivo, teste de hipóteses e facilitador de inferências (NEUENDORF, 2007, p. 52).

A proposta da análise do conteúdo no presente trabalho é de caráter mais descritivo, com intuito de identificar tendências na cobertura das revistas e suas potenciais influências na audiência. Um uso comum em pesquisas é a associação da análise de conteúdo a outros métodos (como estudos de audiência e opinião pública) que permitam inferências sobre o impacto da mensagem analisada (NEUENDORF, 2007, p. 55). Apesar de reconhecer a importância de se medir o impacto no público leitor, essa não foi uma opção factível com os demais objetivos do presente trabalho, sendo uma possibilidade para pesquisas futuras.

A fim de proceder a tal análise, foram selecionadas as edições impressas de *Veja* e *CartaCapital*. O escopo temporal foi o período de junho de 2009 a junho 2010, escolhido de modo a compreender as reuniões preparatórias que antecedem o encontro COP-15 e também avaliar a repercussão posterior ao encontro em Copenhague.

Inicialmente, foi feita uma primeira triagem das menções ao tema ‘mudança climática’, de forma ampla. A recorrência de menções ao tema foi de 41 casos em *Veja* e 101 em *CartaCapital*. Convém esclarecer que cada caso, unidade de análise, se refere a qualquer menção feita ao tema ao longo da edição, excluindo

1. Disponível em <http://publicidade.abril.com.br/marcas/veja/revista/informacoes-gerais>, acesso em 12/03/2012.

2. Ano de referência não disponível. Fonte: *CartaCapital* 2011.

3. *CartaCapital*, 2011.

apenas elementos em propaganda e índice. Portanto, a amostra é composta de artigos opinativos, colunas, carta de leitores, reportagens, notas simples, entrevistas e outras peças jornalísticas. A escolha por incorporar os variados tipos de recorrência (sejam de natureza opinativa, informativa ou argumentativa) atende aos objetivos da pesquisa, que procura entender de forma ampla qual a repercussão e o tipo de cobertura predominante em parte da imprensa brasileira. Portanto, incluir peças jornalísticas de naturezas distintas pode demonstrar, por exemplo, se na cobertura das revistas predominaram discussões mais pontuais (em notas de caráter informativo), opinativas (com de entrevista ou artigos de colunistas) ou ainda argumentativas (com reportagens).

Depois de feita a primeira seleção, efetuou-se uma segunda triagem a fim de analisar apenas as matérias que tinham MC como tema principal. Essa medida se mostrou necessária, já que um grande número de ocorrências aconteceu de forma pontual, sem discussão alguma sobre o tema. Mais da metade dos casos foram desconsiderados, restando apenas 56 dentre os 142 casos. A análise em questão foi feita a partir dessa amostra de 56 casos, que foram devidamente classificados.

A análise de conteúdo seguiu os seguintes procedimentos: triagem; criação de um Formulário de Codificação; classificação das 56 peças jornalísticas segundo este formulário; tabulação das informações classificadas no SPSS⁴ e análise dos resultados.

Por fim, a classificação das peças jornalísticas selecionadas considerou características gerais do texto e também de conteúdo. Foram levados em conta: localização na revista

(capa, coluna semanal, entrevista etc); tipo (artigo de opinião, nota, reportagem); número de páginas; e elementos visuais (predominância de texto ou figura e tipos de ilustração); o enquadramento temático (geopolítico, ambiental, científico, econômico e outros); avaliação e expectativas sobre a COP-15; presença de argumentos dos céticos; o enfoque em mitigação e/ou adaptação; tipos de impactos e soluções aventadas; quais as vozes e interlocutores da reportagem e qual a noção de meio ambiente subjacente.

3. RESULTADOS

3.1. CARACTERIZAÇÃO GERAL DA AMOSTRA

As revistas diferem bastante, tanto na estrutura da cobertura, quanto no conteúdo noticiado, com alguns poucos pontos de convergência. Uma primeira diferença entre as coberturas de *Veja* e *CartaCapital* está na incidência do tema. Dentre os 56 casos analisados, a revista *CartaCapital* apresentou um número maior de recorrências, com pouco mais do que o dobro de casos do que a revista *Veja* (38 e 18, respectivamente).

Além da incidência do tema, um ponto importante a ser considerado é o tipo de espaço destinado a cada caso (peça jornalística), já que a importância de cada unidade de análise pode variar. Uma reportagem de cinco páginas ou uma nota de poucas linhas contam como um caso, mas claramente têm importância distinta.

4. SPSS – Statistical Package for the Social Science: software para análises estatísticas escolhido pela possibilidade de cruzar dados e estabelecer relações entre variáveis no banco de dados construído.

Para considerar a relevância de cada unidade de análise, foram considerados: o número de páginas ou espaço da fração na página (para aquelas de menos de uma página), o tipo (nota/reportagem/opinião) e a seção em que se encontra cada um dos 56 casos.

Verifica-se uma cobertura consideravelmente mais aprofundada por parte da revista *CartaCapital*. Além de ter uma incidência maior (compondo 68% da amostra de 56 casos), em sua cobertura predominam reportagens mais longas e com análise mais detida.

Em *CartaCapital*, quase metade dos casos (47,37%) ocupam mais de duas páginas. Distintamente, em *Veja*, prevalece uma cobertura mais pontual, como menor espaço para discussão. Em *Veja*, verifica-se 13 das 18 ocorrências como frações de página, o que equivale a 72,2% da amostra da revista. Cabe ainda ressaltar que neste grupo de 13 casos, a maior parte (84,6%) é composta por pequenas frações que ocupam menos do que 10% do espaço de uma página.

O diminuto espaço destinado ao tema é reforçado também pelos tipos de recorrência em cada uma das revistas. Conforme demonstrado no Gráfico 1, as revistas têm tipos de recorrência bastante distintos. Enquanto em *CartaCapital* predominam as peças jornalísticas classificadas como reportagens, em *Veja* uma parcela significativa dos casos (38,9%) são notas, cuja principal característica é o pequeno espaço de discussão ou análise do tema.

Quanto à composição da cobertura, a revista *CartaCapital* apresentou uma tendência a uma cobertura mais aprofundada, marcada por reportagens mais analíticas e longas do que as da revista *Veja*. Além das diferenças do espaço destinado ao tema, as revistas adotam também abordagens e conteúdos marcadamente distintos.

3.2. CONTEÚDO E ENQUADRAMENTO

O perfil da cobertura das revistas varia bastante e o enquadramento dado ao tema ‘mudança climática’ é um exemplo disso (Gráfico 2). É possível perceber uma orientação para uma cobertura mais de acordo com seu público leitor. Ao compararmos os enquadramentos com os interesses do público leitor de cada uma das revistas, percebemos uma forte consonância entre estes fatores.

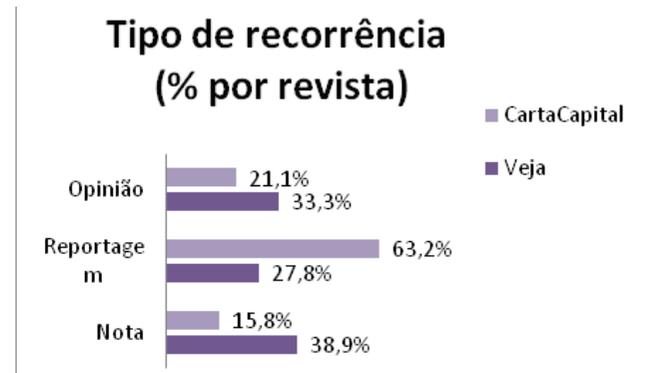


Gráfico 1- Tipo da peça jornalística por revista
Fonte: Elaboração própria

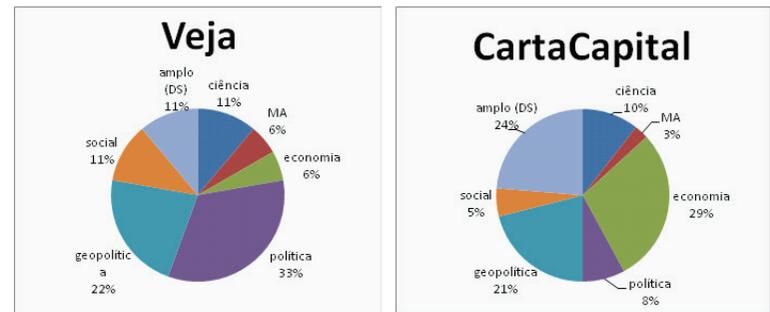


Gráfico 2- Enquadramento temático da amostra em Veja e CartaCapital
Fonte: Elaboração própria
Legenda: MA (meio ambiente) e DS (desenvolvimento sustentável)

Em *CartaCapital*, por exemplo, uma parte significativa dos casos estão inseridos em um enquadramento econômico (29%), viés minoritário na cobertura de *Veja* (6%). Há uma predominância em *Veja* da discussão da política interna (inserida no enquadramento intitulado *política*). Contudo, cabe ressaltar que uma parcela significativa dos casos de política interna é composta por notas, nas quais são noticiadas a possível ausência do presidente Lula no encontro em Copenhague, a ida de José Serra ao evento e outras notas pontuais. Um dos possíveis fatores de influência foi o período pré-eleitoral no Brasil, que acabou orientando parte da cobertura sobre a COP-15. Algumas reportagens, portanto, se situam (explícita ou implicitamente) na disputa entre os então possíveis candidatos à presidência: Dilma Rousseff, José Serra e Marina Silva. Ademais, a presença ou ausência desses atores no encontro em Copenhague foi discutida de forma personalista, não inseridas em um debate político ou de projetos.

Outro elemento que merece ser analisado é a baixa incidência de reportagens ou comentários com orientação predominantemente ambiental. Os 6% em *Veja* e 3% em *CartaCapital* correspondem, na realidade, a apenas uma recorrência de cada revista que foi centrada na esfera ambiental da mudança climática (uma carta de leitor em *Veja* e uma reportagem em *CartaCapital*). A questão ambiental, portanto, está quase sempre situada em outras discussões (política, tecnológica, econômica), em abordagens mais voltadas para outras esferas. Os impactos da mudança climática, por exemplo, são raramente citados em termos de distúrbios ecossistêmicos. Os distúrbios ambientais advindos do problema climático são tratados sob um viés antropocêntrico, em termos de prejuízo às

funções ambientais relevantes à humanidade. O equilíbrio ambiental, não considerado em seu valor intrínseco, é representado por ambas as revistas de forma funcionalista, secundária e satélite às questões sociais.

3.2.1. A COP-15

É possível perceber que o evento COP-15 marcou a cobertura no período analisado, influenciando uma postura mais atenta ao tema mudança climática por parte da mídia. Na amostra selecionada, a maior parte das discussões sobre mudança climática menciona o evento em Copenhague (66,7% em *Veja* e 65,8% em *CartaCapital*).

Conforme demonstra o Gráfico 3, abaixo, a maior parte das ocorrências acontece antes ou durante o período do evento, com uma tendência à queda da cobertura após o evento.

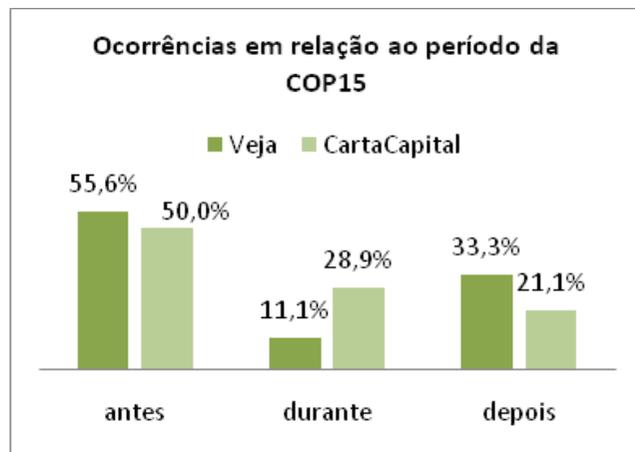


Gráfico 3- Ocorrências de menções ao tema MC em relação ao período da COP-15

Fonte: Elaboração própria

Um elemento interessante é a diferença na cobertura de *CartaCapital* e *Veja* no que

tange a COP em si. Dentre as matérias que mencionam a COP-15 (12 em *Veja* e 25 em *CartaCapital*), a Conferência aparece como tema principal na maior parte das recorrências em *Veja* (91,7% dos casos), mas não em *CartaCapital* (com apenas 32% dos casos). Essa característica expressa uma tendência, que a *CartaCapital* demonstrou, em tratar a questão climática de forma mais ampla, aproveitando a oportunidade trazida pela COP-15 para discutir de forma mais vasta a questão climática e ambiental. A cobertura de *Veja*, por sua vez, foi visivelmente influenciada pelo acontecimento COP-15 e o tema mudança climática foi tratado majoritariamente em reportagens específicas sobre o encontro em Copenhague.

Pode-se dizer que, conforme esperado, a COP-15 influenciou a cobertura das duas revistas sobre o tema mudança climática. O encontro em Copenhague se mostrou uma janela de oportunidade para debater o tema na esfera pública, principalmente em virtude do seu destaque nos veículos de imprensa tanto nacionais quanto internacionais (ABRANCHES, 2010). Contudo, após o evento, houve uma queda na cobertura, que esteve focada nas expectativas, mas explorou pouco os resultados da Conferência.

3.2.2. MUDANÇA CLIMÁTICA

Sobre a mudança climática, de modo mais geral, dois aspectos se destacam na cober-

tura das revistas: a) o debate sobre a existência ou não do fenômeno e b) a ênfase dada à mitigação em detrimento da adaptação.

Em relação à polêmica sobre a existência do fenômeno, é interessante comparar *CartaCapital* e *Veja*, principalmente porque, neste quesito, houve a maior dissonância entre as revistas. Enquanto *CartaCapital* reafirma constantemente a existência do fenômeno e/ou suas causas antropogênicas, *Veja* dedica um espaço considerável de sua cobertura levantando dúvidas e se aproximando do discurso dos céticos.⁵

Nas edições de 24 de fevereiro de 2010, por exemplo, as revistas trazem matérias diametralmente opostas sobre o tema. A revista *Veja* (edição 2153) traz a matéria “O dogma derrete antes das geleiras” argumentando que “os céticos devem ser levados a sério” tendo em vista “manipulações e fraudes nos relatórios climáticos” fazendo inferência ao caso dos polêmicos e-mails de alguns cientistas integrantes do IPCC (pesquisadores da Universidade de East Anglia) que foram interceptados e divulgados na internet.⁶ Nesta matéria, a tese sobre a existência da mudança climática é contestada de forma veemente, com expressões como “fervor fanático e doutrinário pelas conclusões pessimistas do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC)”, “doutrina do aquecimento global” e “sumo sacerdote do dogma da mudança climática” para se referir ao climatologista Phil Jones. Em contrapartida,

5. Cabe esclarecer que o emprego do termo ‘cético’ neste trabalho será feito para designar grupos críticos à existência do fenômeno e/ou de suas causas antropogênicas. Apesar do termo poder ser associado a um entendimento pejorativo, optou-se por sua utilização tendo em vista que é uma das formas recorrentes na literatura sobre o tema e também na representação da imprensa sobre tal grupo. Portanto, o emprego do termo ‘cético’ não está imbuído de qualquer conotação depreciativa, atendendo apenas a critérios didáticos.

6. Para mais informações sobre esse evento, ver Abranches (2010), onde o autor faz um retrospecto sobre esse acontecimento, discutindo mais em detalhes o conteúdo dos e-mails e os atores envolvidos no caso.

na mesma semana, em sua edição 584, a revista *CartaCapital* traz a matéria “O aquecimento global é fato”, na qual reafirma-se a existência do fenômeno, suas causas antropogênicas e expõe os interesses subjacentes na negação do fenômeno, como o lobby do petróleo.

O tema existência da mudança climática foi pauta explícita de 7 casos em *CartaCapital* e de 7 casos em *Veja*. Em 6 dos 7 casos de *CartaCapital*, o intuito foi contrapor argumentos céticos, reafirmando a existência do fenômeno. Em *Veja*, testemunha-se justamente o contrário, com 5 dos 7 casos reafirmando a postura cética.

Em *Veja*, a maior parte das ocorrências negando a mudança climática pode ser atribuída a outros autores, com predominância de textos opinativos. É importante diferenciar os textos opinativos das demais peças jornalísticas. Afinal, apresentar um tema mais polêmico a partir de textos opinativos (como carta de leitores) assegura à revista uma posição estrategicamente mais neutra. A revista *CartaCapital* conduz a discussão desse tema de forma mais explícita, em seu editorial e em reportagens, sendo clara sua posição em relação às possíveis polêmicas sobre MC.

Apesar das diferenças, ambas revistas têm um ponto em comum: a ênfase dada à mitigação em detrimento da discussão sobre a adaptação à mudança climática. Em ambas revistas, predomina o enfoque sob a mitigação, entretanto, *CartaCapital* se destaca por discutir o tema adaptação mais a fundo. Nos dois casos de *Veja* em que a adaptação foi citada, pode-se dizer que o foi de forma secundária. Já em *CartaCapital*, houve reportagens com enfoque

exclusivo nos impactos da mudança climática, principalmente considerando as diferentes capacidades adaptativas entre países.⁷

Essa tendência de predomínio do tema adaptação em *CartaCapital* é uma das hipóteses que foi confirmada. Tendo em vista que o tema adaptação está mais diretamente relacionado com problemas de justiça social e pobreza, esperava-se uma cobertura mais atenta a estes aspectos por parte desta revista. É notória a orientação política mais à esquerda, de *CartaCapital*, com prevalência de temas críticos à pobreza e desigualdades sociais. As quatro reportagens que trataram de adaptação estão em consonância com tal perfil. Duas delas (“As maiores vítimas” e “Os ricos têm grana, os pobres, pressa”) tiveram o enquadramento predominantemente social, discutindo, sobretudo, a diferença de vulnerabilidade entre países e o problema da pobreza no contexto da mudança climática.

Cabe lembrar que a prevalência da mitigação à adaptação é um padrão recorrente não apenas na mídia ou nos veículos de comunicação escolhidos, mas também nas discussões científicas e (geo)políticas sobre o tema (HUQ; REID, 2004; SCHIPPER, 2006). Apesar de mitigação e adaptação estarem conectadas, ambas as respostas tendem a ser tratadas separadamente. Inicialmente, o próprio IPCC não tinha o GT-II, voltado para adaptação, sendo este criado somente a partir do segundo relatório, em 1995. No ano de 2001, o tema ganha destaque, com o 3º Relatório (TAR). Este documento conceitua adaptação e também chama atenção para o fato de que, a despeito das reduções de

7. As quatro reportagens de *CartaCapital* em que se discutiu mais a fundo a adaptação foram: “As maiores vítimas” (Ed.565), “A fatura não é só dos ricos” (Ed.567), “Os ricos têm grana, os pobres, pressa” (Ed.576) e “O aquecimento global é fato” (Ed. 584)

emissão, alguns graus de impactos seriam inevitáveis (SCHIPPER, 2006).

No cenário político, a adaptação também passa ao largo na preocupação e implementação de políticas públicas. O caso brasileiro é um bom exemplo. O decreto que regulamenta a Política Nacional de Mudança do Clima (PNMC) em nenhum momento tece considerações sobre medidas adaptativas, sendo as metas exclusivamente de redução de emissões.⁸ Apesar de ser mencionada na PNMC e no Decreto 7.390, a adaptação é claramente um elemento em segundo plano, se não tacitamente negligenciada. No decreto, a palavra adaptação aparece uma única vez no Artigo 2º e apenas para fazer menção aos Artigos 6º e 11º da PNMC. Os referidos artigos da Política tratam dos instrumentos da PNMC e dos Planos Setoriais, nos quais a mitigação aparece de forma evidente em primeiro plano.

Torna-se cada vez mais evidente à cientistas e políticos que algum grau de impacto é inevitável e a adaptação se faz necessária. A insistência sobre tal importância vem, sobretudo, por parte de agências de desenvolvimento e por parte de países mais vulneráveis (como as pequenas ilhas), que estão dentre os mais afetados pelo problema (HUQ; REID, 2004).

Por fim, é importante perceber que a predominância da mitigação frente à adaptação, de certo modo obscurece um ponto importante no âmbito da mudança climática: a desigualdade entre países. O debate sobre adaptação passa necessariamente pela discussão de elementos como impactos, vulnerabilidades e capacidades adaptativas. Esses elementos, por sua vez, não

podem ser dissociados de um debate sobre a pobreza, haja vista sua centralidade na constituição da vulnerabilidade de países e comunidades.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme esperado, a cobertura entre as revistas variou bastante, sendo a revista *Veja* mais voltada para notas e comentários pontuais e a de *CartaCapital* com reportagens mais consistentes, em termos de análise do problema. Esta última também se destacou na discussão sobre injustiça social, com mais reportagens sobre adaptação e desigualdade entre países. A revista *Veja*, por sua vez, tem como enfoque a mitigação, discutindo soluções do problema, que, em geral, estão relacionados com uma orientação de otimismo tecnológico.

A *Veja* e a *CartaCapital* apresentam leituras sobre os problemas e suas soluções essencialmente distintas. Contudo, nenhuma das revistas discute mais a fundo a MC em termos estruturais, como uma crise do atual modelo de desenvolvimento ou com um enfoque mais voltado para a esfera ambiental. De um modo geral, a revista *Veja* está mais centrada em discussão sobre tecnologias limpa e outras soluções relacionadas com o otimismo tecnológico. A *CartaCapital*, por sua vez, discute mais a fundo questões sociais e de desenvolvimento, mas não parte de uma proposta de mudança estrutural ou mais radical do atual modelo. Há ênfase na diferença entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, além da tentativa de concilia-

8. A Política Nacional de Mudança do Clima (PNMC) foi instituída em 29 de dezembro de 2009 pela Lei 12.187 e incorpora a proposta brasileira de redução de emissões apresentada em Copenhague. A PNMC é posteriormente regulamentada pelo Decreto 7.390, de 9 de dezembro de 2010.

ção entre o atual modelo e propostas mais inclusivas e sustentáveis.

A representação de ambas as revistas sobre a questão climática é importante para entender também a leitura que é feita da questão ambiental, os problemas e soluções propostas. A busca de soluções para a questão ambiental passa pela construção coletiva do que deve ser solucionado e como a sociedade pretende fazê-lo. Essa definição faz parte de um processo político e em constante mutação, no qual a imprensa tem um papel central. Como conceito normativo, o desenvolvimento sustentável parte de significações situadas cultural e historicamente, de modo que a noção do que é desejável, desenvolvimento ou sustentabilidade, varia. Daí a importância de perceber a construção discursiva sobre o termo, pois as práticas sociais derivam primeiramente desta disputa conceitual.

Por fim, convém lembrar que boa parte dos estudos sobre mídia e MC têm por objeto a imprensa nos Estados Unidos e Europa, inclusive com vários estudos comparativos. Pesquisas relativas ao cenário brasileiro ainda são incipientes e estudos como esse possibilitam a criação de quadros comparativos entre a cobertura brasileira e a de outros países. Entende-se que a diferença entre os interesses de países deve se refletir também em uma diferença de cobertura da mídia. Dada as diferenças entre países desenvolvidos e em desenvolvimento no âmbito internacional, seria interessante, como próximo passo, promover a comparação entre suas imprensas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, S. **Copenhague: antes e depois.**

Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ANDI. **Mudanças Climáticas na imprensa brasileira: uma análise de 50 jornais nos períodos: de julho de 2005 a junho de 2007/julho de 2007 a dezembro de 2008.** . Brasília: ANDI. , set 2009

BORGES, S. Agendamento. **Conceitos de Comunicação e Política**, n. João Carlos Correia, Gil Baptista Ferreira, Paula do Espírito Santo, p. 137-144, abr 2010.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CAVALHEIRO, G.; LACASTA, N. “As you know, I oppose the Kyoto Protocol”, ou como se deita um acordo internacional no lixo! (uma história em evolução). **Programa Ciência e Eficiência Energética.**, 2001.

CARTACAPITAL. Redação da *CartaCapital*. Dados da revista. Mensagem recebida por faleconosco@cartacapital.com.br em 09/06/2011 [obtido via e-mail]

DISPENSA, J. M.; BRULLE, R. J. Media’s social construction of environmental issues: focus on global warming - a comparative study. **International Journal of Sociology and Social Policy**, v. 23, n. 10, p. 74 - 105, 1 out 2003.

FLAUSINO, M. Notícia: conduzindo a compreensão da realidade - cotidiano, imaginário e representações sociais. **Comunicação: discursos, práticas e tendências.** 1. ed. São Paulo, Brasília: Rideel, Uniceub, 2001.

FONSECA, I.; BURSZTYN, M. **Mercadores de**

- moralidade: a retórica ambientalista e a prática do desenvolvimento sustentável. **Ambiente & sociedade**, v. X, n. 2, p. 169-186, dez 2007.
- HUQ, S.; REID, H. Mainstreaming Adaptation in Development. **IDS bulletin**, v. 35, p. 15-21, 2004.
- IPCC; PACHAURI, R.; REISINGER, A. **Climate Change 2007: Synthesis Report**. Contribution of Working Groups I, II and III to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. . Geneva, Switzerland: WMO, IPCC Secretariat. , 2007
- JUNIOR, W. C. DA F.; DUARTE, J.; BARROS, A. Análise de Conteúdo. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- NEUENDORF, K. **The content analysis guidebook**. 7. print. ed. Thousand Oaks Calif.: Sage, 2007.
- SACHS, I. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- SCHIPPER, E. Conceptual History of Adaptation in the UNFCCC Process. **Review of European Community & International Environmental Law**, v. 15, n. 1, p. 82-92, 1 abr 2006.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SILVERSTONE, R. **Por que estudar a mídia?** Tradução Milton Camargo Mota. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- THOMPSON, J. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- VEIGA, J. **Desenvolvimento sustentável o desafio do século XXI**. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.